

3º Congresso da CTB

PELA IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES

Participação feminina ratifica a importância das classistas para a luta sindical





ÍNDICE

3 O papel fundamental das mulheres

3º Congresso da CTB ratifica importância das classistas



10

10 Luta Sindical

CTB organiza I Plenária de Gênero e Raça, em Salvador



12

12 Artigo: CTB contra a Homossexualidade

Rogério Nunes

13 Artigo: CTB na luta pela igualdade de gênero e etnicorracial

Ailma Maria

14 Artigo

A luta pelo empoderamento feminino – Alice Portugal



18

16 Artigo

Seppir: 10 anos de Promoção da Igualdade Racial

18 PEC das domésticas

Rumo à igualdade de direitos



29

22 Feminismo emancipacionista

Raquel Felau Guisoni

24 Os Dez anos da SPM

E o enfrentamento à violência contra as mulheres

26 Artigo: Absenteísmo

Ivania Pereira



34

28 Artigo

O papel das mulheres nos 72 anos de luta do Sindsaúde Ceará

29 Reflexões

Lições das manifestações de junho

30 Seminário Internacional

Mulheres têm participação ativa em debate que precedeu o 3º Congresso da CTB

34 Foro de São Paulo

Encontro de Mulheres fortalece integração latino-americana

37 Luta classista

Contra as práticas antissindiais

38 Poema

Mulheres ousadas (Augusto Branco)

Um congresso vitorioso

A CTB encerra seu 3º Congresso Nacional com a certeza de que a participação feminina dentro da Central é uma realidade imprescindível para toda sua militância. Mais do que isso: é um elemento que nos torna mais fortes e preparados para aumentar o protagonismo da classe trabalhadora na sociedade.

Do total de delegados inscritos para o Congresso, 33,5% foram mulheres, vindas de todas as regiões do Brasil – trabalhadoras com origem tanto no campo quanto na cidade, militantes fundamentais para a consolidação da CTB como uma das principais forças do movimento sindical do país.

É com satisfação que vimos a CTB ultrapassar a cota de gênero estipulada em 30% do total de seus delegados e delegadas para o Congresso, mas não é por isso que devemos nos acomodar. Para a CTB, a igualdade de representação é um objetivo concreto a ser alcançado na gestão que se inicia.

Para tanto, essa visão sobre a participação feminina no meio sindical precisa ser incorporada por todos: trabalhadores, trabalhadoras, militantes de base e dirigentes de sindicatos, federações, confederações e da nossa Central. Sem essa compreensão, dificilmente conseguiremos avançar nas mudanças necessárias para que o Brasil se desenvolva e eleve a valorização do trabalho a um novo patamar.

ADILSON ARAÚJO
PRESIDENTE NACIONAL DA CTB



O papel fundamental das mulheres classistas

TEXTO: REDAÇÃO CTB

Participação feminina no 3º Congresso da CTB ratifica sua importância para a Central

FOTOS: JOCA DUARTE



Com a participação de quase 33% de delegadas (num total de 1258 sindicalistas), as mulheres deixaram um recado claro durante o 3º Congresso Nacional da CTB, realizado entre os dias 22 e 24 de agosto, na cidade de São Paulo: a luta pela igualdade será uma bandeira constante das cetebistas, tanto dentro da Central quanto em seus sindicatos, federações e confederações.

As cinco regiões do país foram representadas pelas trabalhadoras domésticas, do campo, do serviço público, da educação, transporte, sane-

amento, correios, do ramo financeiro, comerciais, metalúrgicas, entre outras, que lotaram o plenário do Palácio de Convenções do Anhembi durante os três dias de debates defendendo ampliação da participação feminina dentro de entidades sindicais.

Para a nova secretária da mulher da CTB, Ivânia Pereira, o grande desafio de sua gestão será exatamente esse: abrir espaço com muita luta para as mulheres dentro do movimento sindical. “O Congresso apontou para uma perspectiva de

valorização do trabalho, que passa pela discussão das questões de gênero e raça, que inclui o debate sobre a inclusão maior das mulheres nos sindicatos”, afirmou a dirigente.

Histórico de lutas

A participação das mulheres em espaços públicos é muito recente, uma conquista de apenas um século, resquício de uma educação patriarcal arraigada que confinou as mulheres em seus lares por séculos, sob o argumento de defesa da honra e da virtude, entre outros fatores. Mas elas reagiram, se rebelaram e conquistaram o direito de decidir sobre suas vidas e seus destinos. Tal condição impulsionou a luta das mulheres por mudanças.

A historiografia do movimento sindical insiste em secundarizar a participação das mulheres nas diversas batalhas travadas pela classe trabalhadora no decorrer dos séculos, tornando-as meras coadjuvantes. No Brasil, as mulheres trabalhadoras iniciaram o século 21 comemorando avanços importantes, que vão da conquista dos direitos trabalhistas ao direito de votar e ser votada, de se inserirem em profissões anteriormente ocupadas somente por homens a exigir o combate a todas



Êxito no 3º Congresso: Wagner Gomes transmite o cargo de presidente da CTB para Adilson Araújo

as formas de opressão e violência.

Elas avançaram e conquistaram os mais diferentes postos de serviço. Segundo pesquisas do IBGE, as mulheres são 42% da População Economicamente Ativa (PEA) e compõem a maioria nas escolas e universidades, mas contraditoriamente recebem salários 26% inferior ao dos homens pela mesma jornada de trabalho, além de ocuparem apenas 14% dos cargos executivos nas empresas e serem mais vulneráveis ao desemprego.

E no movimento sindical, onde estão as

mulheres?

No movimento sindical, a exemplo do que ocorre no ambiente de trabalho e na política, as mulheres são sub-representadas. Trata-se de um espaço em que se reproduzem as práticas machistas e patriarcais que secundarizam o papel das mulheres. Elas somam 40% da base de sindicalizados entre os trabalhadores, estão presentes em todas as lutas, porém, na definição de cargos decisórios, cai drasticamente o percentual, inclusive em setores com uma ampla presença

feminina, como por exemplo o comércio, serviços, educação e saúde.

Se nos sindicatos de base a presença já é pequena, ela se torna menor ainda quando se observa a realidade das federações, confederações e centrais sindicais. Embora haja exigência de cumprimento de cota (30%), as funções que as mulheres ocupam são geralmente de organização interna e políticas de apoio e assistência – muito raramente assumem cargos de presidência, tesouraria, secretaria geral e comunicação.

Nesse sentido, as mulheres cetebistas buscam desde a fundação da Central a superação das desigualdades de gênero. Esse é um dos princípios fundantes da CTB, numa perspectiva de alterar as relações assimétricas que existem no conjunto do movimento classista. Entretanto, percebe-se que a batalha interna é tão árdua quanto a externa.

Luta classista

A nova secretária da Mulher da CTB lembra que nos últimos anos aumentou o número de mulhe-



Arquivo CTB

Cetebistas fortalecem seus vínculos e disposição para a luta



Delegadas de todo o país: diversidade política e cultural ao Congresso

res sindicalizadas – segundo estudos, já são mais de 40%. A partir dessa informação, Ivânia considera impossível aceitar essa desigualdade dentro dos sindicatos e federações.

“O desafio vai ser incluí-las nas direções das entidades sindicais. Existe hoje uma expectativa entre delegadas que participam deste Congresso, de participar efetivamente das direções dos sindicatos. Vai ser uma luta árdua, mas primordial para o fortalecimento do movimento sindical, como da CTB”, afirmou ao lembrar que diversos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STTR) já adotaram essa postura.

“No Campo, diversos STTRs são governados por mulheres. Precisamos expandir essa política para os urbanos. É inconcebível que os sindicatos tenham apenas 15% de mulheres na direção”, indignou-se a sindicalista ao completar: As trabalhadoras já perceberam que não haverá emancipação enquanto não houver também a emancipação da mulher, que passa pela introdução nos debates da questão da igualdade de gênero na economia, nas questões sociais e políticas”, ressal-

tou a dirigente sergipana.

Raimunda Gomes, ex-secretária da Mulher da CTB, reforça o ponto de vista de sua sucessora. “A ida da mulher para o sindicato é o primeiro passo para sair desta condição secundária de coadjuvante, porque quando você olha a fotografia das assembleias de base em todas as categorias, as mulheres estão lá. Quando você olha as greves, as mulheres estão lá quando você começa nas assembleias a ver quem dirige e quem fala é que as mulheres se ausentam, então quando a mulher chega a assumir a direção do sindicato ela ganha uma dimensão que muitas vezes isso assusta e assusta porque é o enfrentamento direto com o homem”, sustenta a dirigente.

Para aprofundar esse tema, “Mulher D’Classe” entrevistou a atual secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, Ivânia Pereira, e suas antecessoras: Abgail Pereira, atual secretária de Turismo do Rio Grande do Sul, e Raimunda Gomes, nova secretária de Imprensa e Comunicação da CTB. Confira a seguir os principais trechos da conversa com as três dirigentes:



Capacitação da CTB é marca reconhecida pelo movimento sindical

ABGAIL PEREIRA

Somos a única central que adota a expressão “trabalhadoras” na sua nomenclatura

Mulher D’Classe: A CTB já nasceu adotando uma cota de gênero de 30% de seus cargos de direção. No entanto, sabe-se que existem problemas para que as sindicalistas realmente exerçam um protagonismo maior no movimento sindical como um todo. Como enfrentar essa situação e com que armas?

Abgail Pereira: O movimento sindical, historicamente, é um universo masculino. O ingresso da mulher no mercado de trabalho deu início à participação nos sindicatos, ainda que timidamente. A partir das décadas de 80 e 90 essa participação tem aumentado, ainda que não na medida das necessidades e possibilidades. A adoção das cotas de gênero (30%) é uma importante arma para ampliar essa participação, contudo, nem todas as entidades filiadas seguem a orientação. Acredito que a Secretaria da Mulher deva continuar trabalhando no sentido de ganhar as direções dos sindicatos para garantir a inclusão estatutária dessa medida. Ao mesmo tempo, inserir as reivindicações específicas das trabalhadoras nas negociações coletivas é uma forma eficaz de sensibilizá-las para a participação.

Mulher D’Classe: Após cinco anos de existência da CTB, como você avalia o envolvimento e a atuação das mulheres ao longo dessa trajetória?

Abgail Pereira: Tive a honra de ser a primeira secretária da Mulher da CTB. Ainda na emoção da fundação da Central, começamos a estruturar a Secretaria, traçar os primeiros projetos de ações e organizar as secretarias estaduais. Também procuramos nos integrar aos movimentos e conselhos de defesa dos direitos



da mulher, no sentido de unificar as reivindicações e fortalecer as lutas. Elaboramos materiais próprios da Central nas comemorações do Dia Internacional da Mulher – como cartazes e panfletos –, editamos a cartilha “A Mulher no Mundo do Trabalho”, lançamos o vídeo comemorativo dos cem anos do 8 de março, entre outras publicações. Percorremos o país debatendo esses temas, apoiando as iniciativas das Secretarias e, muitas vezes, auxiliando na organização da própria CTB nos estados. Realizamos o 1º Encontro da Mulher Trabalhadora, com plenária junto à então candidata e hoje presidenta Dilma Rousseff, apresentando as reivindicações das trabalhadoras. Na gestão atual, houve o aprimoramento da propaganda da Secretaria, o aperfeiçoamento da atuação das secretarias estaduais, a realização de cursos de capacitação de dirigentes, entre outras atividades que mantiveram a Secretaria como um referencial para as sindicalistas e as trabalhadoras.



RAIMUNDA GOMES

Em defesa do protagonismo feminino

Mulher D'Classe: Durante sua gestão, quais os momentos que podem ser considerados como os mais relevantes?

Raimunda Gomes: Minha gestão compreende o período de dezembro de 2010 a agosto de 2013. Nesse curto espaço de tempo, eu destaco três momentos de maior relevância. O primeiro foi a fundação do Fórum de mulheres das centrais sindicais, um espaço plural que reúne CTB, CGTB, Força Sindical, Nova Central e UGT e surgiu em função da luta pela apro-

vação do Projeto de Lei 6653/09 e PLS 136/11, que tramitam na Câmara e no Senado e tratam da Igualdade de Oportunidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho e propõe coibir as práticas abusivas praticadas pelos empregadores. O segundo foi a 4ª Marcha das Margaridas, em agosto de 2011, um evento realizado pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), no qual as trabalhadoras rurais me ensinaram muito acerca de suas especificidades, suas formas de resistência e organização, de sua constante batalha por mais direitos. O terceiro momento foi durante o I Encontro de Mulheres da CTB, em março de 2012, quando reunimos as mulheres do campo e da cidade oriundas de 22 estados e várias categorias. Esse fato que culminou com a criação da revista **Mulher D'Classe**, um instrumento de comunicação das mulheres com o sindicalismo. A revista é sem dúvida a nossa maior conquista.

Mulher D'Classe: Quais os desafios que as mulheres classistas terão pela frente após o 3º Congresso?

Raimunda Gomes: Penso que o 3º Congresso Nacional da CTB, assim como os congressos realizados em todos os estados da Federação, somam mais uma etapa vencida da nossa luta, representaram um momento em que fizemos o balanço da etapa de construção e planejamos a seguinte, que agora se inicia e que se propõe a avançar no sentido de superar alguns gargalos, como por exemplo os velhos hábitos e conceitos (machismo, exclusão, preconceito) com vistas à conquista da igualdade de fato e de direito entre homens e mulheres. Nesse sentido, penso que a nova composição da diretoria da CTB deverá estimular as mulheres a exercer maior protagonismo no conjunto do movimento sindical, garantindo mais espaço nos cargos de poder e decisão às mulheres.

IVÂNIA PEREIRA

Ideia da CTB é fazer um movimento sindical classista e unitário



Mulher D'Classe: Com o fim do 3º Congresso, que avanços você aponta como legado da gestão que se encerra?

Ivânia Pereira: A CTB é a Central que mais cresceu no país. É vitoriosa, porque cresceu não apenas nos sindicatos urbanos, mas também nos rurais. Isso é essencial para uma central classista. Representar o homem e a mulher do campo e da cidade. Outro destaque é quanto ao alto nível de participação de homens e mulheres. Os seminários e cursos de formação do CES serviram para aumentar o nível de compreensão das sindicalistas e dos sindicalistas e nós percebemos que isso se reflete no nível de intervenções. Tivemos mais de 60 inscritas neste Congresso para debater um único tema. Isso estimula. A CTB traz novidades e se coloca como novo e é vista como uma Central nova, que traz dentro de si o gene que vai mudar a imagem e a forma de fazer o movimento sindical. Esse é um balanço positivo que faço sobre o Congresso.

Mulher D'Classe: Qual será sua principal

tarefa como a nova secretária da Mulher Trabalhadora da CTB?

Ivânia Pereira: É um desafio suceder companheiras tão valorosas. A Abigail Pereira, a Biga, que foi minha companheira da UBM Nacional, fez um trabalho belíssimo, implantando a secretária das Mulheres da CTB. E a Raimunda Gomes, a Doquinha, veio para consolidar esse trabalho. Mas nós vivemos de desafios, pois são eles que nos motivam para o futuro. Eu vou continuar implementando o que já foi feito e tentando inovar e implementar o que vier de decisões deste Congresso. Nesse processo, com certeza vou buscar apoio tanto da Doquinha como da Abigail, além de outras secretárias de Mulheres dos sindicatos, das federações e da Contag. A ideia da CTB é fazer um movimento sindical classista e unitário. Nós acreditamos que a emancipação da mulher não é apenas uma luta feminina. Será necessário que homens e mulheres lutem juntos, porque a emancipação da mulher só se dará com a superação do capitalismo, que é uma luta da sociedade: de homens e de mulheres. ★

Igualdade na diversidade

TEXTO: REDAÇÃO CTB

Plenária da CTB estimula o debate sobre discriminação no mundo do trabalho



Mulheres classistas se unem contra o preconceito

As secretarias da Mulher Trabalhadora, de Políticas Sociais e de Promoção da Igualdade Racial da CTB realizaram em conjunto, nos dias 18 e 19 de abril, em Salvador (BA), a I Plenária de Gênero e Raça, com o tema “Construindo a Igualdade na Diversidade”. A atividade teve como propósito contribuir para a elaboração teórica acerca dessa pauta no conjunto da militância e estimular o debate nos congressos estaduais que aconteceram nos estados, preparatórios ao 3º Congresso Nacional da Central.

Nesse sentido, o movimento sindical classista mostrou mais uma vez que exige avançar nas mudanças com desenvolvimento e valorização do trabalho, reconhecendo a luta de mulheres,

negros e negras, indígenas, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT) em defesa da igualdade de oportunidade no trabalho, no movimento sindical e na vida social, apoiando as demandas desses segmentos e incorporando-as ao plano de lutas da CTB.

O Brasil ainda convive com práticas racistas, reproduzindo o racismo num viés ideológico e material. Embora as descobertas científicas mais recentes tenham confirmado que raça não é uma categoria biológica, isto é, não existem diferenças significativas no aspecto biológico entre grupos raciais, a ideia do racismo tem uma existência concreta e se materializa em práticas. No aspecto material, ele se manifesta no acesso à educação,

ao trabalho e na ascensão social no trabalho.

No que se refere à diversidade de orientação sexual os dados não são precisos, mas indicam que o movimento sindical ainda não aborda essa temática com a devida atenção, o que ocasiona um afastamento desses sujeitos das esferas de direção e/ou até mesmo a negação da própria identidade.

Resoluções

Após os dois dias de debate, com a presença de representantes de 19 CTB's estaduais, reafirmou-se a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento que valorize o trabalho com geração de empregos de qualidade, salários decentes e igualdade de oportunidade entre homens e mulheres, levando-se em conta a diversidade de raça e orientação sexual. Confira abaixo as propostas aprovadas:

1. Lutar pela imediata aprovação do PL 6653/09 de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA) e PLS 136/11 de autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) que trata da igualdade de oportunidade entre mulheres e homens no mundo do trabalho;
2. Aplicação integral da Lei Maria da Penha;
3. Ampliação da licença-maternidade de 180 dias para todas as mulheres trabalhadoras;
4. Fortalecimento do SUS com assistência integral à saúde da mulher trabalhadora urbana e rural;
5. Combate a todas as formas de discriminação contra a mulher;
6. Intensificar a luta pela criação de Delegacias de Mulher em todos os municípios;
7. Luta por uma educação não-sexista;
8. Ratificação da Convenção nº 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos/as trabalhadores/as domésticos/as;
9. Apoio integral à proposta defendida pelos sindicatos de trabalhadoras domésticas de regulamentação da PEC 72/2013.
10. Cumprimento do estatuto da CTB que prevê

a participação de, no mínimo, 30% de gênero em todos os fóruns da Central e nas direções dos sindicatos filiados, inclusive nas mesas de negociação coletiva, na perspectiva de atingirmos a paridade entre homens e mulheres;

11. Incentivar a formação dos coletivos de mulheres nas CTB's estaduais e entidades sindicais filiadas à Central;
12. Fortalecer a luta pela redução da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução de salário e retirada do Banco de Horas;
13. Defesa dos 10% do PIB para educação pública e 100% dos royalties dos recursos do pré-sal na busca de uma educação de qualidade;
14. Apoio ao cumprimento do Piso salarial do magistério;
15. Formação e capacitação profissional e política das mulheres trabalhadoras urbanas e rurais;
16. Defesa da aprovação do Plano Nacional de Educação;
17. Campanha de inserção de jovens e mulheres nas entidades sindicais;
18. A recomposição da comissão nacional de combate ao racismo;
19. A construção de uma rede nacional de dirigentes antirracistas;
20. Uma campanha nacional pela inclusão de cláusulas de promoção da igualdade racial nos acordos e convenções coletivas. Instrumentalizando os departamentos jurídicos na organização das cláusulas de combate ao racismo, conforme a realidade de cada categoria;
21. Campanha para implementar as convenções 111, 100 e 183 da OIT;
22. Luta contra a Homofobia e a Transfobia;
23. Defesa dos direitos humanos, com destaque a apuração, pela Comissão da Verdade, dos crimes de tortura cometidos pela ditadura militar de 1964, inclusive contra lideranças e dirigentes sindicais;
24. Construir o coletivo LGBT da CTB. ★



CTB contra a Homolebotransfobia

ROGÉRIO NUNES É MESTRE EM SERVIÇO SOCIAL PELA PUC/SP, CONSELHEIRO TITULAR DO CNAS E SECRETÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS, ESPORTE E LAZER DA CTB NACIONAL.

A CTB luta pela defesa intransigente dos direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora brasileira. É propósito da Central, portanto, construir a igualdade de direitos de todos os trabalhadores e trabalhadoras independentes do gênero, da etnia e da opção sexual.

Como resultado desse propósito, realizamos a I Plenária Nacional da CTB, com o tema “Construindo a Igualdade de Gênero e Raça”. Nessa plenária debatemos a temática da homofobia enquanto aversão à homossexualidade. O debate, porém, não se restringe aos homossexuais. Estão inseridas nesse debate as Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, daí serem nominados de comunidade LGBT’s. E a fobia, ou aversão, à comunidade LGTB chama-se homolebotransfobia.

O movimento sindical brasileiro, e em especial a CTB, precisa de maior conhecimento e mais envolvimento teórico com o tema da homolebotransfobia. Difundir e intensificar esse debate no interior da central é de grande importância social e política.

É grave no Brasil a incidência da homolebotransfobia. E as consequências para esse segmento são preconceito, aversão, discriminação, agressão e mortes. Durante o ano de 2011, atra-

vés do “disque 100” foram reportadas ao poder público federal 6.809 denúncias de violações de Direitos Humanos de caráter homofóbico, o que significa uma taxa de 3,46 denúncias efetuadas a cada 100 mil habitantes.

Somos o país com a maior quantidade de crimes homofóbicos do mundo, onde um homossexual é morto a cada 36 horas, e cerca de 70% dos casos de assassinatos de pessoas LGBT ficam impunes. Nesse item o Brasil só perde para o México e Estados Unidos. Em nosso país ocorreram 339 crimes em 2012 e 266 em 2011, um aumento de 26%. O estado de São Paulo lidera o ranking com 45 crimes. A região Nordeste ocupa o primeiro lugar em crimes homofóbicos, demonstrando grande intolerância.

Não podemos nos calar diante desta tragédia social. A CTB defende a proteção legal para a comunidade LGBT através do apoio ao Projeto de Lei Complementar 122/2006, que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero – equiparando esta situação à discriminação de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo e gênero. Para combater o preconceito e a discriminação é necessário adotar políticas públicas afirmativas em ações transversais, bem como leis que visem penalizar quem cometer tais delitos. ★

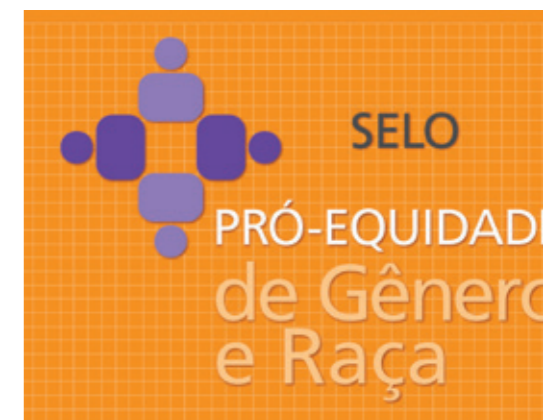
CTB na luta pela igualdade de gênero e etnicorracial

AILMA MARIA É PROFESSORA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE GOIÁS, CONSELHEIRA DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GO E PRESIDENTA DA CTB-GO.

Uma central sindical combativa reconhece que o movimento sindical, bem como os movimentos sociais que atuam na perspectiva transformadora, reeduca a si e à sociedade. Nesse sentido, a CTB compreende que são necessários mais esforços governamentais para a superação das diversas formas de desigualdade. Dessa forma, ela tem não somente exigido por parte dos poderes constituídos que desenvolvam novas ações, como também tem participado na elaboração e fiscalização de Programas e Conselhos e faz parte do Comitê Técnico do Programa Pró Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas Para Mulheres da Presidência da República.

Criado em 2005, o Programa objetiva o cumprimento de parte do Plano de Políticas Nacional Para Mulheres, liderado pelo governo federal. O programa tem o apoio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da ONU Mulheres e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e por meio do Selo Pró Equidade de Gênero e Raça já atingiu cerca de 900 mil funcionárias e funcionários – 45% mulheres e 55% homens de diversas empresas.

O Selo Pró Equidade de Gênero e Raça, que este ano já está na 5ª edição, tem o objetivo de estimular a equidade de gênero e Raça no mundo do trabalho, valorizando e evidenciando o compromisso das organizações públicas e privadas com esta equidade. Ele representa o reconhecimento do trabalho feito pelas organizações no desenvolvimento cotidiano de novas concepções de gestão de pessoas e cul-



tura organizacional, para alcançarem a equidade entre homens e mulheres – gênero e raça, eliminando todas as formas de discriminação, evidenciando publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e etnicorracial na promoção da cidadania e a difusão de práticas que superem as profundas desigualdades.

É pequeno ainda o número de empresas e trabalhadores/as atingidos. Porém, as organizações participantes chegam a apresentar quase três vezes mais mulheres em cargos executivos do que as que ainda não aderiram.

É necessário não só divulgação deste Programa para que mais empresas possam aderir ao Selo. Além de outras iniciativas, é fundamental também pensarmos em práticas sindicais que visem ao combate das diversas formas de violência. Só vamos fortalecer a democracia e caminhar para um mundo melhor exercendo um sindicalismo classista, combativo, exigindo profundo respeito à classe trabalhadora e mais dinheiro para a saúde pública, garantindo o direito à educação de qualidade como princípio fundamental e basilar de toda a sociedade. ★

A luta pelo empoderamento feminino

TEXTO: ALICE PORTUGAL*

Recentemente, às vésperas do 8 de março, fizemos uma pesquisa e verificamos que, na Europa, foi criada uma comissão das 20 maiores empresas do continente, para se tentar instituir um mecanismo de adoção de regras para a promoção da equidade salarial. Isso mesmo diante da grande crise que a Europa enfrenta. A inspiração veio da Schindler, empresa alemã fabricante de elevadores que instituiu um plano de metas, com o objetivo de que, no período de dez anos, a companhia deflagrasse um processo de elevação da condição da mulher ao plano executivo no interior da empresa.

A organização obteve grande êxito com a iniciativa e, sobretudo, um grande lucro. Ou seja, comprovou-se o que a ONU já tinha demons-

trado em relação à mulher no poder. Pesquisas feitas por essa agência multilateral atestam que mulheres no poder significa mais paz, menos corrupção e mais desenvolvimento social. Pesquisa feita pela mesma agência nos 193 Estados-membros revela que apenas 12 deles são governados por mulheres.

Com base nessas premissas, empresas europeias passaram a verificar o crescimento da Schindler e adotaram essa matéria. No mês de março deste ano, grandes corporações europeias fizeram uma reunião para a adoção de metas decenais para o empoderamento das mulheres no plano do executivo. Isso atesta o que já sabíamos: não é só na América Latina, mas também nos países em desenvolvimento, que as mu-



Alice: liderança reconhecida também pelo meio sindical

lheres estão na base do trabalho. Isso acontece também no mundo capitalista desenvolvido.

O projeto de Lei 6.653/2009 (a respeito da igualdade salarial entre homens e mulheres), que tramita na Câmara dos Deputados, precisa de uma intervenção efetiva das centrais que ajudaram a redigi-lo, especialmente da CTB, por ter essa consciência feminista e classista da necessidade da votação do projeto. Eu sou autora, enquanto a deputada Iriny Lopes (PT-ES), ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, é a relatora. Nós criamos uma comissão interna agora para fazermos alguns "ajustes", para que ele possa vir a ser votado, mesmo no limite.

Licença-maternidade

A extensão da licença-maternidade para seis meses também gera grande polêmica. Ora, mas se não há uma política de creche atualizada e se existe a expectativa para que o Brasil perca o título de País dos desdentados, a mulher tem de dar o peito ao seu filho ao menos durante seis meses. Os pediatras recomendam a mulheres que acabaram de parir que não deem nada ao seu filho além de leite materno durante esse período.

Mas como deve proceder a mulher que tem de retornar ao trabalho, às vezes, antes dos quatro meses? E as mulheres que estão em trabalho informal ou têm apenas a formalização do salário e dependem de comissão ou produção na sua atividade? Como é o caso das cabeleireiras e manicures, mulheres que, se não trabalharem, deixam de ganhar seu salário. Vão gozar da licença-maternidade e deixar os demais filhos com fome?

É necessário que se compreenda que, para garantir o equilíbrio emocional, a relação familiar e a saúde, é preciso amamentar por seis meses. E aí vem o terror: "Vai gerar desemprego, ninguém

vai querer, vai parir uma dezena para ficar de licença". Isso porque a perversidade é permanentemente fomentada contra as mulheres.

Mas quando consultamos as estatísticas de natalidade no Brasil, constatamos o contrário: o Brasil vai ter de fazer campanha para a mulher parir, porque a nossa densidade populacional está caindo. Estamos com uma densidade de-



mográfica em declínio acelerado. É uma falácia dizer que as mulheres brasileiras estão parindo mais do que antes. A educação sexual e o custo de vida têm levado as famílias a serem menores progressivamente. A família mudou. Mas o projeto da senadora Ângela Portela (PT-RO), que trata da licença-maternidade, tramita na Câmara, mas nós não conseguimos aprová-lo.

Conseguimos que a mulher tenha a titularidade do lote de terra proveniente da reforma agrária, mas a chave do programa "Minha casa, minha vida" ainda não é da mulher. Nós queremos aprovar a posse da chave pela mulher e há também um projeto que defende que 30% da mão de obra do programa seja feminina.

O fato é que nós temos hoje um Congresso que, efetivamente, tem ainda uma composição majoritariamente desconhecidora dos direitos da mulher, dos direitos da mulher negra, dos direitos dos negros no Brasil. Nós precisamos, a partir de pressão externa, cada vez mais, cercar as representações para que desenvolvam uma compreensão diferenciada. ★

* Alice Portugal é deputada federal (PCdoB-BA) e única mulher da bancada baiana na Câmara dos Deputados.



Seppir: 10 anos de Promoção da Igualdade Racial

TEXTO: MONICA CUSTÓDIO*

Após muitos anos na batalha pela manutenção dos direitos universais, o movimento social organizado pôde desenvolver sua própria agenda e pauta de reivindicação. O começo da pavimentação que os movimentos sociais construíram durante décadas se iniciou a partir do resultado eleitoral de 2002, com a vitória nas urnas do campo democrático. Esse fato significou uma agenda positiva constituída de um sentimento construtivo de identidade de classe, reivindicando direitos comuns e transversais, como a igualdade de condição e de oportunidade, algo que vira bandeira e possibilidade de reparação por meio de políticas públicas, buscando essencialmente aquilo que nos é possível nas letras “mortas” da Constituição (“Igualdade de Direitos perante a Lei”), mas que substancialmente no nosso cotidiano é negado.

As pesquisas nos mostram a dura realidade de violência dos grandes centros urbanos, e a sua consequência na vida dos jovens, e em especial a juventude negra. As ações dos movimentos sociais possibilitaram ao governo dar passos importantes, construindo laços e resgatando a agenda afro no país.

É desta forma que, através da Medida Provisória nº 111 de março de 2003, e posteriormente pela Lei 10.678 de 23 de maio 2003, que se cria por reivindicação dos movimentos social negro a Secretaria Especial de Promoção e Igualdade Racial (Seppir). São dez anos construindo a Secretaria, que deu passos

significativos em direção aos anseios que nos mobilizou durante toda a formação nacional, se referenciando historicamente na superação dessa estrutura excludente de Estado.

Neste caminho se encontra o direito à educação, historicamente nos negada. O mesmo ocorre com a saúde, a moradia e o direito à terra. Por fim, o direito ao trabalho. Depois de todo o período em que a elite escravocrata se preparou rumo à transição para o trabalho livre, e objetivamente para a abolição lenta e gradual, o golpe final se deu pela negação do direito ao trabalho assalariado.

É essa a herança recebida pelo governo Lula, após 503 anos de vida de nossa nação. A Seppir tem tido o papel de resgate da autoestima e da valorização dessa população que hoje se declara maioria parda e negra, conforme o último censo do IBGE de 2010, e essa proposta toma assento a partir da mudança no olhar e na formulação de uma nova agenda política para essa população – a segunda maior população negra do mundo.

A nova agenda exige compromisso de governo e política de Estado, e isso vem ocorrendo de por meio de uma maior participação popular, que exige de forma propositiva as ações e formulação de políticas públicas, de forma transversal, buscando reparar o abismo histórico, cultural, econômico e social, se vislumbrando um país para todos.

Nestes 10 anos de Seppir construímos vitórias importantes, como a aprovação da Lei

10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, institui o ensino da História e da cultura Afro-brasileira e africana, reconhecendo e ressaltando o valor da cultura negra na formação do país.

Também obtivemos vitória na construção do Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei 12.288 de 20 de julho de 2010, que em seu Parágrafo único diz:

“Discriminação racial ou étnico-racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada”.

A lei de Cotas de nº 12.711/12 é um marco vitorioso na histórica luta de classe em nosso país. O direito à educação é condição essencial de reparar e preparar o Brasil para um novo momento, pois não há desenvolvimento sem inclusão, conhecimento e investimento em

pesquisa, ciência e tecnologia.

Para o crescimento econômico do país, é necessário ter o que chamamos de Igualdade de condição. E essa oportunidade se faz com o objetivo de buscar a redução das desigualdades salariais entre mulheres e homens, negro e não negros.

Nesse cenário, a Seppir chama a sua 3ª Conferência de Igualdade Racial, com o tema “Democracia e Desenvolvimento por um Brasil Afirmativo”, a se realizar entre os dias 5 e 7 de novembro deste ano. O que precisamos dialogar (nós, o movimento social) é em que eixo esse Brasil Afirmativo vai se situar no entendimento dos trabalhadores. Esse eixo passa pela superação das diferenças salariais nas relações de trabalho, pelo direito ao trabalho digno e de qualidade, em consonância à bandeira da Valorização do Trabalho e das Convenções 100 e 111 da OIT. ★

* Monica Custódio é diretora do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e secretária de Promoção da Igualdade Racial da CTB nacional



Cerimônia em Brasília destaca década de conquistas da Seppir



AGÊNCIA BRASIL



Rumo à igualdade de direitos

TEXTO: CINTHIA RIBAS

Elas são “quase da família”, consideradas amigas, mas quando a conversa envolve respeitar seus direitos a coisa muda de figura. Assim é a rotina de milhares de trabalhadoras domésticas, que enfrentaram durante décadas a falta de amparo nas leis trabalhistas e a invisibilidade na defesa de seus direitos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que todos sejam iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza – mas esta suposta igualdade

nem de longe atinge essas trabalhadoras.

Tratadas como trabalhadores de quinta categoria, as domésticas sofriam (ou ainda sofrem) com a desigualdade gritante, que as discrimina e desvaloriza em comparação às demais categorias.

Pressão e avanço

A situação começou a mudar em abril, com a promulgação pelo Congresso Nacional da Proposta de Emenda à Constituição 66/2012, co-

nhecida como PEC das Domésticas, e a pressão exercida pelas entidades sindicais e as trabalhadoras para a sua regulamentação.

A proposta estende aos trabalhadores domésticos, tais como babás, cozinheiras e outros empregados em residências, 16 direitos que hoje já são assegurados aos demais trabalhadores urbanos e rurais contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A pressão surtiu efeitos. No dia 10 de julho, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou a regulamentação dos direitos de empregados domésticos garantidos na PEC.

O texto define as regras para os sete direitos que, após a promulgação da emenda ainda precisavam ser regulamentados como seguro-desemprego, indenização em demissões sem justa causa, conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho.

O relatório estabelece que empregadores deverão pagar mensalmente contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) de 11,2% do total do salário do empregado.

Desse valor, 3,2% deverão ser depositados numa conta separada, de modo a garantir que, em caso de demissão sem justa causa, o trabalhador possa ser indenizado com o recebimento de 40% de seu saldo do FGTS.

A jornada de trabalho foi fixada em no máximo 8 horas por dia ou 44 horas semanais. Também fica estabelecida a possibilidade de regime de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, desde que expressa em contrato. Os horários de entrada e saída devem ser, obrigatoriamente, registrados por meio manual ou eletrônico.

“A Federação das Trabalhadoras Domésticas da Região Amazônica (Fetradoram) e os sindicatos das trabalhadoras domésticas e a Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito

Federal e do Entorno (Asbrale-DF) nos mantemos firmes no propósito de garantir os direitos da categoria das trabalhadoras domésticas, e dar visibilidade para a profissão, pois foi assim que ganhamos a atenção de vários segmentos da sociedade, dos direitos humanos, da Coordenadoria da mulher, de ministros e parlamentares, pois esse não é um problema isolado e restrito de uma categoria, mas sim um problema de cunho social e trabalhista que é responsabilidade de toda a sociedade brasileira”, garante Lucileide Mafra, presidenta da Fetradoram.

Desde o mês de maio, Lucileide Mafra tem participado de reuniões entre governo e as centrais para tratar especificamente do tema.

Durante os encontros, os sindicalistas negociaram pontos que poderiam vir a prejudicar os trabalhadores. “A nossa luta é por direitos tra-

PRIMEIRO ACORDO COLETIVO DA CATEGORIA É ASSINADO

O primeiro Acordo Coletivo para empregados domésticos foi assinado no dia 26 de julho e garante piso de R\$ 755 para a categoria em São Paulo a partir do dia 26 de agosto. O documento é o primeiro após aprovação da PEC das Domésticas.

Para os trabalhadores e trabalhadoras domésticos que moram no serviço, o vencimento base chega a R\$ 1,2 mil. Os maiores salários serão pagos aos trabalhadores que pernoitam no local e o piso aumenta de acordo com o tipo de trabalho. O salário das babás varia entre R\$ 1,6 mil (para cuidar de uma criança) e R\$ 2 mil (duas ou mais crianças). Copeiras e cozinheiras receberão R\$ 2 mil, enquanto cuidadores de idosos terão piso salarial de R\$ 2,3 mil. O maior vencimento será o de governanta, que alcança R\$ 5 mil.



balhistas, mas também por respeito, cidadania, igualdade e dignidade para mais de oito milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no Brasil”, garante a sindicalista.

Cenário

Cerca de oito milhões de trabalhadores, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, são domésticos. Número esse que não conta com aqueles que não são empregados formais, ou seja, não possuem a Carteira de Trabalho assinada pelo patrão.

“Desde o início a CTB defendeu a aprovação da PEC por entender que atualmente a legislação não garante uma vida digna aos trabalhadores domésticos. Por isso, essa proposta legislativa representa um grande avanço para a igualdade social, já que concede à categoria os mesmos direitos dos demais trabalhadores”, afirmou Lucileide Mafra.

No entanto, a sindicalista destaca que não basta apenas que a lei entre em vigor. “Problemas ligados ao trabalho doméstico também devem ser sanados, como o trabalho infantil e a informalidade, que chega a ser de 70% neste setor”, afirmou a dirigente. ★

DIREITOS GARANTIDOS NA PEC DAS DOMÉSTICAS:

- Indenização em caso de demissão sem justa causa
- Seguro desemprego em caso de desemprego voluntário
- Fundo de Garantia por tempo de serviço
- Garantia de salário mínimo para quem recebe remuneração variável
- Adicional noturno
- Proteção ao salário, sendo crime retenção dolosa de pagamento
- Salário-família
- Jornada de trabalho de 8h diárias e 44 horas semanais
- Hora extra
- Observância de normas de higiene, saúde e segurança do trabalho
- Auxílio creche e pré-escola para filhos dependentes até 5 anos de idade
- Reconhecimento dos acordos e convenções coletivas
- Seguro contra acidente de trabalho
- Proibição de discriminação de salário, de função e de critério de demissão
- Proibição de discriminação em relação à pessoa com deficiência
- Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 16 anos.



“Lutamos por respeito e igualdade”, diz Lucileide Mafra

APLB Sindicato 61 anos

de luta em defesa da educação pública de qualidade



Feminismo emancipacionista

Texto: Raquel Felau Guisoni*

Marx e Engels afirmam que a opressão da mulher coincide com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e com o surgimento das classes sociais. Na “Ideologia Alemã” (1846), atribuem o mesmo peso teórico aos conceitos de classe social e de “opressão do sexo feminino pelo masculino”. São eles que no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, explicitam que somente com a socialização da propriedade pode desaparecer a situação de submissão da mulher.

Engels, em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, afirma ser o primeiro passo para a emancipação da mulher, e não o último, a sua incorporação ao trabalho produtivo em larga escala social. Na carta a Bloc, de 1890, afirma: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real”.

A corrente emancipacionista se associa às reivindicações pelos direitos das mulheres, no limite do capitalismo, ou seja, por uma emancipação política, mas com um programa de construção do socialismo.

No atual contexto do capitalismo, houve inserção da mulher na vida pública sem, contudo, serem alteradas suas condições de desigualdade. É relevante destacar que tal realidade está relacionada com a divisão social e sexual do trabalho e com a manutenção das responsabilidades domésticas para as mulheres. Ou seja: enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia.

O feminismo emancipacionista se caracteriza por:

Referenciar-se numa mulher identificada com a classe e raça/cor, em contraposição à referência do feminismo de corte liberal e socialdemocrata que consideram uma mulher genérica, desterrada da classe e da classe-raça/cor.

Não se pautar por leituras acrílicas do marxismo, quando este se reporta a uma mulher proletária genérica, quando se restringe ao contrato heterossexual ou não considera outras identidades marcadas por sistemas políticos de opressões.

Considerar que as relações sociais entre os sexos — vetor do conceito de gênero — são condicionadas pela estrutura de classes, pela luta de classes, pelo lugar das mulheres na classe. Mas que também nem definem sujeitos sexuados, nem os sujeitos sexual/social se auto definem, apenas no plano da organização da economia.

Levar em conta a estrutura de classes e, nela, as relações pautadas por hierarquias de gênero, raça/cor e outras – o que pede, portanto, referência a práticas concretas, à reprodução ampliada das relações sociais.

Ter em vista que o conceito de gênero aponta para relações sociais, se reportando à dialética articulação com outras relações – não somente aquelas que ocorrem entre homens e mulheres. Considerar gênero um estruturante da totalidade social permite sair das dicotomias entre o específico e o universal, entre a produção e a reprodução, entre o subjetivo e



Arquivo CTB

“Enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia”.

o objetivo. A noção de estruturante da totalidade sugere aproximação com a formulação marxista de que “a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de relações, de relações nas quais se encontram os indivíduos”.

Atentar para que, na atualidade, o termo gênero é reduzido a expressar posição – usado para lidar com direitos das mulheres, sem, contudo, subverter o edifício de relações sociais que se realizam no capitalismo e seus motores, como hierarquia, competição e apropriação privada em proveito de alguns.

Considerar que no feminismo emancipacionista – um feminismo com projeto socialista – o uso do conceito de gênero se afasta do uso do conceito de gênero com aporte culturalista, já que este último relaciona gênero apenas à performática e ao discurso, omitindo restrições materiais. Ao mesmo tempo, naquele se informa sobre trânsitos, diversidades, diferenças e corpo.

O entendimento dos limites da emancipação política, como a da relevância da participação das mulheres na construção do avanço para a emancipação humana é fundamental para o entendimento estratégico da luta de emancipação das mulheres. Na verdade, mesmo hoje, nos marcos do capitalismo, os desafios postos sejam em torno da conquista dos direitos políticos; seja em busca da superação da sub-representação nos espaços na sociedade, que guarda relação com o aprofundamento da democracia; seja na acumulação de forças para a construção da sociedade socialista, estão a exigir novas respostas e o aprofundamento de reflexões teóricas para impulsionar uma efetiva equidade de gênero, em consonância com o caminho para o fim da opressão de classe. ★

* Raquel Felau Guisoni foi dirigente da CNTE no período de 2002 a 2010. Atualmente é conselheira da CEDIM/SC e diretora da UBM-SC

Os dez anos da SPM e o enfrentamento à violência contra as mulheres

TEXTO: BEATRIZ HELENA MATTÉ GREGORY*

Embora persistam desigualdades, preconceitos e discriminações e a violência ainda represente a consequência mais cruel da predominância de características patriarcais e machistas em nossa sociedade, hoje as mulheres brasileiras têm muito a comemorar, em todas as áreas. Mas os avanços não vieram de graça. A luta árdua dos movimentos feministas e de mulheres assegurou, em 1988, uma Constituição avançada com relação aos seus direitos. Porém, passada a aprovação da nova Carta Magna, elas se deram conta de que havia ainda um longo caminho a percorrer. Uma de suas conquistas importantes desse período e cuja ação foi decisiva para as mudanças ocorridas e ainda em curso, foi a institucionalização das políticas públicas para as mulheres, ocorrida no início de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

Desde o início, a Secretaria tem desenvolvido programas e ações importantes, mas seu principal papel é o de estabelecer o diálogo com a sociedade e realizar a articulação com os outros órgãos da Administração. Nesses anos, empenhou-se na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos e de políticas para redução do câncer de colo de útero e de mama e da mortalidade materna. Também estabeleceu programas com o objetivo de mudar a cultura, por meio da formação de profissionais da educação e do estímulo à reflexão, à produção de conhecimento a respeito das relações de gênero e a uma maior participação das meninas e mulheres nos cursos

e carreiras ligadas à ciência e tecnologia. Paralelamente, com a clareza de que os espaços de poder e decisão são fundamentais para alterar a situação de desigualdade, procurou reforçar as propostas e reivindicações voltadas para a reforma política.

Além desses temas, compreendendo que a autonomia econômica é o alicerce para a autonomia nos outros campos, tem se preocupado igualmente com a eliminação das desigualdades no mundo do trabalho. Criou o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, articulou a criação e buscou influenciar a aprovação do Projeto de Lei da Igualdade, deu contribuições importantes para a aprovação da PEC das domésticas e tem realizado convênios e Termos de Cooperação que contribuem para a capacitação de mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, buscando, ainda, favorecer a alteração da desigual e injusta divisão sexual do trabalho.

Combate à violência

É um tema que permeou todos esses dez anos de história da SPM e para o qual foi destinada a parte mais substancial de seu orçamento foi o enfrentamento à violência sexual e doméstica contra as mulheres. E a realidade justifica plenamente isso. O Brasil ocupa a 7ª posição entre 84 países com o maior número de crimes contra a mulher, segundo o Mapa da Violência do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela), divulgado em 2012. Mais de 43.600 mil mulheres foram assassinadas em nosso país entre

2000 e 2010. Assim, ainda em 2007 a SPM propôs um Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, atualmente em fase de repactuação, e conseguiu que as 27 unidades federativas do país aderissem a ele.

Com o objetivo de enfrentar todas as formas de violências contra as mulheres, o Pacto busca garantir a implementação e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha – uma das legislações mais avançadas do mundo nessa área e cuja proposta contou com a SPM em sua elaboração. Em 2012, em parceria com o Ministério da Justiça e outros órgãos, a SPM iniciou a campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte” e no mês de março deste ano, em sintonia com a presidenta Dilma Rousseff, lançou o Programa “Mulher, Viver sem Violência”.

O programa “Mulher, Viver sem Violência”, que representa a consolidação de uma política e sua continuação em um novo patamar, prevê o investimento de R\$ 265 milhões entre 2013 e 2014. Desse total, R\$ 25 milhões serão utilizados para a ampliação da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180 e sua transformação em Disque Denúncia. Serão também destinados R\$ 20 milhões ao atendimento humanizado e coleta de prova em caso de violência sexual, com adequação do espaço físico do IML, adequação da Rede Hospitalar de Referência e capacitação de profissionais da área de Segurança Pública, assim como de profissionais do SUS, já que a coleta também poderá ser realizada durante o atendimento nos serviços de saúde, sem que a mulher



Governo busca consolidar política da última década

tenha que voltar ao IML.

Outra parte do valor será aplicada na ampliação e melhoria dos núcleos já existentes para o atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca – considerados espaços de grande propensão à ocorrência de violação aos direitos das mulheres.

Enfim, nesses 10 anos as políticas públicas para as mulheres avançaram e vale comemorar. Entretanto, ainda nos deparamos todos os dias com situações e notícias mostrando que ainda há muito por que lutar, inclusive com ameaças de retrocesso nos direitos conquistados. Dessa forma, todas nós – estejamos nos organismos de políticas para as mulheres ou nas organizações populares, sindicais, feministas e de mulheres – precisamos estar atentas, discutindo e intervindo na defesa desses direitos. E o convite é irmos ainda além, na luta por uma sociedade justa, de mulheres e homens livres e iguais. ★

* Beatriz Helena Matté Gregory é psicóloga e servidora pública. Atua na coordenação da UBM-DF.



Absenteísmo como expressão da violência de gênero

IVANIA PEREIRA É SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SERGIPE.

A violência praticada contra as mulheres no ambiente familiar é das mais cruéis e está relacionada a fatores culturais, sendo “mais frequente em países de uma prevacente cultura masculina e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero”, segundo a feminista Eva Alterman Blay. As agressões contra a mulher trazem consequências graves para a vítima e constituem uma das principais formas de violação dos direitos humanos. É um problema para a sociedade como um todo, porque compromete o desenvolvimento saudável da família e das relações de trabalho.

As marcas não decorrem apenas de um tipo de violência. A vítima na maioria das vezes é dependente psicológica, econômica e afetivamente do agressor, o que faz com que dificilmente consiga se desvencilhar dos maus tratos sofridos. Além dessas dependências, merecem consideração as questões relacionadas aos filhos e ao trabalho.

A violência doméstica é uma violação dos direitos humanos da mulher, com repercussão na possibilidade dos filhos reproduzirem a violência ou apresentarem problemas de ordem psicológica. Existem ainda as consequências econômicas: a produtividade no trabalho das mulheres vitimadas tende a cair drasticamente, muitas tendem a se afastar temporariamente do ambiente de trabalho por problemas emocionais e outros fatores. O receio de se expor a constrangimento público, a baixa autoestima e a vergonha das marcas no corpo são outros fenômenos do absenteísmo de gênero no trabalho.

Segundo Saffioti e Almeida, os dados mun-



diais revelam que a violência contra a mulher é praticada em diferentes países. Atinge grande parte da população feminina, tanto adulta quanto infantil. Para uma melhor visualização dessa realidade, o Banco Mundial estima que em cada cinco dias de absenteísmo no trabalho feminino decorre da violência doméstica. Na América Latina, a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres e seus custos são da ordem de 14,2% do PIB, cerca de US\$ 168 bilhões.

Assim, a redução, prevenção e ou eliminação de práticas de violência familiar e de gênero devem fazer parte de políticas públicas a serem organizadas e executadas pelo Estado, com a participação da sociedade e das organizações sociais e produtivas. A cada quatro minutos, uma mulher é agredida no Brasil, sendo que em 85,5% dos casos de violência física contra mulheres os agressores são seus parceiros. Faz-se necessário que o movimento sindical passe a relacionar em suas pautas de discussão com as empresas o enfrentamento desse problema. *

Somos de luta, somos determinados e não desistimos nunca!

Somos os trabalhadores e trabalhadoras do saneamento e meio ambiente do Estado de São Paulo.

Sintaema, representando com orgulho esta categoria combativa!



JUNTOS NA LUTA!

Vem aí o 8º Congresso do Sintaema

Estância de São Pedro/SP
Novembro/2013

www.sintaema.com.br



Sintaema

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO



FILIADO À
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



Fenatema
Associação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente

O papel das mulheres nos 72 anos de luta do Sindsaúde Ceará

MARTA BRANDÃO É PRESIDENTE DO SINDSAÚDE CEARÁ

Aos 72 anos de idade, a maioria das pessoas está aposentada, cuidando dos netos e num ritmo de vida bem tranquilo. Mas o Sindsaúde Ceará não, ele está cada vez mais ativo, com frentes de luta que agregam uma base majoritariamente feminina, as trabalhadoras da saúde.

A força expressiva das mulheres dá o tom do sindicato desde o começo da sua história, iniciada em outubro de 1941. Atravessou as décadas difíceis da ditadura militar, a redemocratização do país e se mantém firme até os dias de hoje – com disposição para o embate com os governos e enfrentando greves, como por exemplo, as realizadas pelos servidores do estado, em agosto e setembro de 2012 e em março de 2013, além das inúmeras paralisações nos setores privado e filantrópico.



Em todos os momentos, é patente a atuação feminina. O sindicato desde a década de 1980 é presidido por mulheres, que na gestão atual (2013/2015), iniciada no dia 1º de fevereiro, ocupam 73% dos cargos de sua diretoria. Por sermos mulheres e trabalhadoras, defendemos que a luta precisa ser travada com mais intensidade na área da saúde da mulher, com condições igualitárias no mercado de trabalho.

Queremos o fortalecimento do SUS, com

ampliação da rede de atendimento, respeitando o corpo e a diversidade das mulheres, nas diferentes fases de nossas vidas. A lei 11.664, em vigor desde abril de 2009, garante uma mamografia por ano às mulheres acima de 40 anos, gratuita. Infelizmente a norma não é aplicada e as mulheres sofrem com esse grave “desfalque” na prevenção ao câncer de mama – o mais comum entre as mulheres e o segundo mais frequente no mundo.

Nós, trabalhadoras da saúde, sofremos com jornadas extenuantes, que minam nossa própria saúde. Atualmente tramitam dois projetos que aumentariam a qualidade de vida das profissionais. O projeto de Lei do Senado 2.295/2000, mais conhecido como PL 30 horas, estabelece a jornada máxima de 30 horas semanais para auxiliares e técnicos de enfermagem e enfermeiros, e o projeto de lei 4924/2009 estabelece piso de auxiliar e técnico de enfermagem, enfermeiro e parteira.

Garantir uma jornada de 30 horas semanais para os profissionais da saúde melhoraria significativamente a vida das mulheres, ao passo em que estabelecer um piso salarial com valor digno contribuiria para nossa autonomia financeira.

Queremos ainda igualdade salarial e de condições de trabalho entre homens e mulheres, como forma de incentivo à vida profissional. Apesar de as mulheres estarem plenamente inseridas no mercado de trabalho, persistem as desigualdades salariais e ainda pesa muito a dupla jornada.

Certamente, nossa história de luta e força feminina serão grandes aliadas para que estas conquistas tão importantes a homens e mulheres se realizem. ★

Lições das manifestações de junho

Texto: Fernando Damasceno

O que podemos aprender com as massas que foram às ruas de todo o país?

É possível dizer que uma nova conjuntura política veio à tona após as manifestações ocorridas pelo Brasil afora no mês de junho deste ano? Talvez seja precipitado afirmar categoricamente que sim, mas o movimento sindical não pode cair na armadilha de simplesmente tentar minimizar o que se viu em diversas capitais, sem procurar estabelecer um diálogo com aqueles que foram às ruas protestar.

Um grande número desses manifestantes que empunharam as mais diversas bandeiras faz parte da nova classe trabalhadora do país, chamada de “nova classe média” por alguns setores. Muitos deles são jovens com poucas perspectivas de evolução, pessoas que não se sentem representadas por partidos políticos, movimentos sociais e sindicatos. Pode-se concordar ou não com algumas de suas reivindicações, mas ignorá-las seria uma maneira de aumentar ainda mais esse abismo.

Os problemas enfrentados pelas mulheres em seu dia a dia vão ao encontro de muitas das reivindicações que emergiram com força total durante o mês de junho. Sua luta por mais direitos trabalhistas, o combate ao machismo existente na sociedade e a demanda por serviços públicos (como hospitais, creches e transporte público) de qualidade não podem ser desprezados pelo sindicalismo.

“O que houve em junho é um sinal claro de que devemos estimular a renovação nos cargos de direção dos sindicatos, federações, confederações e



Arquivo CTB

centrais sindicais. É preciso ampliar a participação de jovens, mulheres e negros para podermos dialogar de modo mais eficiente com essa população que foi às ruas”, afirma a secretária de Imprensa e Comunicação da CTB, Raimunda Gomes. “Esse esforço é fundamental até mesmo para evitar que as forças da direita obtenham o controle desses protestos”, completou a dirigente.

A CTB desde o início apoiou os movimentos que eclodiram em junho. Em 11 de julho, também esteve na linha de frente do Dia Nacional de Lutas ocorrido em todo o país, quando as centrais procuraram expor as bandeiras da classe trabalhadora à sociedade, a fim de aprofundar o diálogo com outros setores. “O que houve em junho e julho foi importante, pois as centrais iniciaram um novo período de forte pressão sobre o governo, o Congresso e os empresários. Com unidade, certamente iremos evitar quaisquer retrocessos para a classe trabalhadora e teremos mais condições de nos mobilizar para conquistarmos novos avanços”, afirmou o secretário-geral da CTB, Wagner Gomes. ★



Guerreiras de todo o mundo

TEXTO: ÉRIKA CECONI

Mulheres têm participação ativa em debate que precedeu o 3º Congresso da CTB



JOCA DUARTE

Intervenções femininas brilharam o Seminário do CES

“O intercâmbio de experiências é muito importante para sabermos dos problemas em cada país”, destacou Maria da Costa Mendes, membro da União de Sindicatos da Angola (Unta), durante sua participação no seminário “Panorama da Conjuntura Internacional: Análise da crise global, impactos e perspectivas – o papel do Brics”.

O evento, organizado pelo Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CES), ocorreu em São Paulo nos dias 21 e 22 de agosto e contou com a participação de representantes de 26 países de todo o mundo, que vieram conhecer a realidade brasileira e expor a de seus países na luta cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo.

O auditório Elis Regina, no Anhembi, recebeu os cerca de 300 participantes, que puderam debater sobre quatro mesas temáticas: Análise

da crise e seus impactos diferenciados; a situação política e econômica da União Europeia; A transição para uma nova geopolítica mundial o papel do Brics; Valorização do Trabalho e Soberania Nacional; Perspectivas e Desafios de Integração da América latina (Celac, Unasul, Alba) - Como os trabalhadores podem intervir neste processo? e A Luta pelo Socialismo no século 21. Na abertura os convidados tiveram uma aula magna com o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto.

Vestindo trajes típicos angolenses, Maria da Costa Mendes se destacou na plateia. Ela contou sobre o sindicalismo em seu país e a dura luta das mulheres angolanas que recebem salários menores do que o dos homens. “Muitas vezes elas sofrem caladas, com medo de perder o emprego e sem confiar no sindicato que a defende”, denunciou.

Com um sorriso no rosto e o jeito extroverti-

do, Maria, que também é membro do Comitê da Mulher Sindicalizada em seu país, alerta sobre outro problema vivido na Angola: a licença-maternidade e a estabilidade após o parto. “Quando as mulheres engravidam, o patronato em geral não gosta. O empresariado espera acabar sua licença pra depois demiti-la. Muitas vezes não conseguimos protegê-la, pois a lei só lhe garante estabilidade no emprego após 12 meses do nascimento da criança, além de três meses de licença”, declarou.

América Central

Já a representante de El Salvador, Onidia Gómez, coordenadora regional da Plataforma Sindical Comum da América Central (PSCC), destacou a importância da integração para fortalecer o movimento sindical. Ela agradeceu a solidariedade da CTB com o continente e citou iniciativas como o Encontro Sindical Nossa América (ESNA), que realizará seu 6º Encontro, em Havana, em 2014.

A sindicalista denunciou ainda a xenofobia e a

criminalização dos protestos sociais na América Central e ressaltou a importância das próximas eleições hondurenhas que se realizarão neste ano, após o golpe sofrido por aquele país e que tem como candidata pelo Partido Livre, Xiomara Castro, esposa do presidente deposto, em 2009, Manuel Zelaya.

Brasil

No caso do panorama brasileiro, a diretora executiva da CTB, Marilene Betros, analisou o papel da mídia durante as manifestações que ocorreram em junho por todo o país. Para ela, houve uma grotesca manipulação da direita, que tentou apoderar-se do movimento. A partir desse exemplo, a cetebista mostrou a urgência da democratização dos meios de comunicação.

Durante os dois dias de intensos debates, as mulheres tiveram destacada participação e protagonismo no seminário internacional e contribuíram compartilhando suas experiências nas diversas regiões do mundo. ★



MAURICIO MORAIS

ENTREVISTA: JULIA AMPARO GARZONA

A secretária-geral da União Sindical dos Trabalhadores da Guatemala (Unsitragua), Julia Amparo Garzona, conversou com Mulher D'Classe. A sindicalista denuncia a perseguição que as organizações opositoras aos governo sofrem em seu país e a situação das mulheres.

Mulher D'Classe: Qual a situação do movimento sindical na Guatemala?

Julia Amparo: É muito frágil. Devido à atomização do movimento há muitas centrais sindicais. O problema fundamental é como muitas organizações foram cooptadas pelo governo, que por sua ideologia o que tem feito é a conciliação. Temos um governo militar apontado por atos de genocídio, diretamente um dos executores de uma postura de guerra durante o conflito armado interno a situação fica mais complexa, porque as únicas organizações sindicais que se atrevam a fazer a oposição ao governo são perseguidas. O governo sabe que quando há companheiros e companheiras com uma proteção, digamos, fundamentalmente de sua filiação internacional, tem mais cuidado e então acaba criminalizar todos os protestos e qualquer oposição que exista. Vemos muitos dirigentes, líderes, camponeses que se opõem ao tema da mineração e são levados a julgamentos penais. Há casos em que passaram meses fechados e depois dizem que acabou a medida precatória, porque não há provas suficientes. Isso limita a liberdade sindical, porque as organizações têm muito medo. Por outro lado, há a outra parte do movimento sindical que foi cooptada, que fez acordos com o governo e que para manter seus privilégios está nos espaços de representação dos trabalhadores em diferentes entidades do estado. Em meio a



MAURICIO MORAIS

isso, no setor privado o nível de filiação é muito baixo – em todo o país alcança apenas quase 2% de uma população economicamente ativa de mais de 5 milhões de habitantes.

Mulher D'Classe: Neste contexto, como a mulher se insere no sindicalismo?

Julia Amparo: A situação é difícil, temos um padrão cultural que está sendo rompido, mas as condições econômicas do país obrigam que a mulher, muitas vezes, tenha que trabalhar mais do que o horário habitual. Há companheiras que estão integrando e participando do movimento sindical, mas não há uma plena política de inclusão das mulheres nas conduções das organizações. Acredito que enquanto as mulheres não estejam nos postos de decisão as coisas não vão melhorar. Usam a mulher como forma de captar recursos para que os projetos de cooperação internacional venham e possam financiar a organização, mas isso é somente uma justificativa, pois no fundo não há uma disposição política para que possam estar integradas. Além disso, está para ser transformada a legislação guatemalteca e também a legislação estatutária das organizações, para que nos estatutos se determine a participação das mulheres.

Sindsaúde Ceará, 72 anos de luta com as mulheres!



Aos 72 anos de idade, a maioria das pessoas está aposentada, cuidando dos netos e num ritmo de vida bem tranquilo. Já o Sindsaúde Ceará está cada vez mais ativo, com frentes de luta que agregam uma base majoritariamente feminina, as trabalhadoras da saúde. Por melhores condições de remuneração e trabalho, viva a nossa força feminina, a nossa diversidade!

Faça parte dessa história!



**Sindicato dos Empregados em
Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Ceará**

Encontro de Mulheres fortalece integração latino-americana

TEXTO: CINTHIA RIBAS E ÉRIKA CECONI

Debater a situação das mulheres na América Latina, na sociedade, no mercado de trabalho e encontrar propostas para avançar rumo à igualdade foram alguns dos temas abordados durante a realização do 2º Encontro de Mulheres, no dia 1º de agosto, no Novotel Jaraguá, na capital paulista.

O evento fez parte das atividades promovidas pelo 19º Foro de São Paulo, realizado entre os dias 31 de julho e 4 de agosto, que ocorre anualmente, desde 1990, com o objetivo de fortalecer esquerda latino-americana e criar mecanismos de integração regional.

Com a participação de cerca de 1.300 delegados de 39 países, contou com a participação de mulheres de várias partes do mundo que puderam trocar experiências e aportar para o debate sobre o impacto da crise na vida das mulheres, integração, fortalecimento das lutas e participação política.

As dirigentes da CTB marcaram presença no evento. A secretária de Imprensa e Comunicação da Central, Raimunda Gomes, avalia que o 2º Encontro de Mulheres do Foro de São Paulo foi um espaço extremamente importante para o debate e promover políticas públicas para as mulheres.

“As mulheres ainda possuem no mercado de trabalho um tratamento desigual, é importante refletirmos o nosso papel quanto trabalhadoras. Construindo alternativas viáveis para que sejamos menos prejudicadas por estes efeitos nefastos que impõe as realidades regionais”, denunciou a cetebista.

Raimunda Gomes alertou que no movimen-

to sindical essa discriminação também ocorre. “Precisamos fazer essa discussão sobre o empoderamento das mulheres para estarmos a frente do movimento contribuindo de maneira positiva e propositiva para mudar a realidade da qual as mulheres ainda são colocadas em segundo plano”, analisou.

Crise e seus efeitos

Durante o painel que abordou a crise e seus efeitos para as mulheres, a ministra das mulheres da Nicarágua, Márcia Ramirez expôs a situação de igualdade conquistada pelas mulheres nos espaços políticos naquele país. “A participação social é ampla e utilizada como nossa principal ferramenta”, disse.

Já a economista Ildete Pereira ressaltou que no Brasil a partir de 2003 começou a se desenhar outro cenário, com a eleição do ex-presidente Lula. “O sólido crescimento econômico que vinha se desenhando a partir de 2003 foram a marca desses anos”, afirmou.

Para ela “o problema da política econômica vai ser um divisor em mundo país, criando uma briga entre trabalhadores e capitalistas”.

Integração

Sobre a integração, a secretária da Mulher Trabalhadora da CTB, Ivânia Pereira, alegou que este é um tema fundamental para defesa dos direitos das mulheres e propôs a junção “do que há de mais avançado nas políticas de cada país” para acabar com a exploração doméstica e a violência



Cetebistas enriquecem discussões em São Paulo

de gênero.

Por sua vez, a deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG) destacou o histórico de resistência feminina no Brasil e as conquistas e desafios para a emancipação política das mulheres. Ela citou como exemplo as presidentas que foram eleitas na América Latina e no Caribe e ressaltou a importância da reforma política para a população.

Já a equatoriana Gabriela Rivadeneira, militante da juventude pelo movimento governista Alianza País, entende que a luta das mulheres latino-americanas tem sido muito dura, mas após décadas de enfrentamento elas conquistaram seu espaço em espaços de discussão como o Foro de São Paulo. “Necessitamos de sustentação ideológica para transformar as realidades. Para

a jovem militante (leia entrevista na próxima página), as mulheres vêm dando demonstrações de rupturas no atual sistema com a eleição de presidentas, parlamentares, e prefeitas. “Como dizia Gioconda Belli, ‘este país das mulheres não está tão distante, mas muito mais próximo’, pois não há revolução sem as mulheres e as mulheres estão fazendo a revolução”.

Ao final do Encontro, as mulheres aprovaram uma Nota de Apoio à presidenta Dilma Rousseff por sua postura diante das políticas de gênero e, sobretudo, “pela postura democrática o que atuou frente às recentes manifestações populares que aconteceram no Brasil, dialogando com movimentos sociais e suas legítimas reivindicações e anseios”. ★

Fotos: Arquivo CTB

GABRIELA RIVADENEIRA: AS MULHERES ESTÃO FAZENDO A REVOLUÇÃO

Militante das juventudes pelo movimento governista Alianza País, Gabriela Rivadeneira foi eleita com 92% dos votos, a primeira presidenta da Assembleia Nacional do Equador. Ela esteve no Brasil para participar do 19º Foro de São Paulo.

Aos 30 anos, Gabriela construiu uma carreira política consolidada. Exerceu os cargos de prefeita, vice-prefeita e governadora. Em entrevista para “Mulher D’Classe”, ela conta sobre a Revolução Cidadã desenvolvida no Equador e sobre o protagonismo da mulher neste processo.

Mulher D’Classe – Qual a importância de encontros como o Foro de São Paulo para fortalecer a integração regional?

Gabriela Rivadeneira – Definitivamente o Foro de São Paulo é um espaço de fortalecimento das nossas organizações e da ideologia defendida pela construção do socialismo. No Equador, a decisão política dos governos não é somente o presidente Rafael Correa no Executivo, mas agora temos uma maioria na Assembleia Nacional, o que permite estabelecer políticas muito mais adequadas, rápidas e eficientes para a ruptura entre o sistema neoliberal e o que está sendo construído. Sou jovem, faço parte da nova geração política da América Latina e acredito absolutamente na integração regional e neste sentido é muito importante que possamos apoiar estes países, agora que o Equador exerce uma postura de política internacional soberana e preponderante na região.

Mulher D’Classe – Com a maioria no Congresso o Equador aprovou a lei que democratiza os meios de comunicação. Como



vê esta grande vitória para o país e também para a América Latina?

Gabriela Rivadeneira – Uma das coisas da qual estamos conscientes é que nossos governos, que agora são de esquerda, recorreram a normas constitucionais que respondem ao sistema capitalista, portanto marcar rupturas normativas para a convivência e o renascimento e a reconstrução da pátria são fundamentais. Estamos reivindicando a importância da lei de comunicação para todos os equatorianos e, por fim, evitar que o capital continue reproduzindo-se através dos meios de comunicação monopólicos e simplesmente brindar uma oportunidade para que a verdadeira informação e as diversidades de pensamento se manifestem. Não é uma lei de meios, é uma lei de comunicação, portanto também é uma ferramenta de aprendizagem permanente, cidadania e educação popular que obtemos através dos meios, por isso, estamos muito contentes, porque é uma ferramenta que marca a nova pauta da revolução no país.

Contra as práticas antissindicais

Texto: Redação CTB

Greve da PM do Ceará expõe perseguição sofrida pela ex-policial Ana Paula Brandão

No início do mês de abril deste ano, a soldado Ana Paula Brandão foi até a Junta Médica Militar do Ceará para ser avaliada, já que estava de licença-médica. Mas, ao invés de ser consultada, foi interrogada pelo coordenador do órgão, coronel Francisco Barreto. O oficial, segundo os relatos de Ana Paula, coagiu-a a assumir a autoria de denúncias sobre a Polícia Militar do estado feitas por um perfil falso da internet, a partir de um verdadeiro interrogatório.

O episódio chegou aos ouvidos da categoria e foi a gota d’água para que as entidades que representam os trabalhadores em todo o estado se reunissem para um ato público de solidariedade, realizado no dia 3 de maio, em frente à entrada principal da Junta Médica, na cidade de Fortaleza.

A CTB-Ceará deu todo o apoio necessário à Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará (Aprospec) para a realização do ato. Representantes de vários sindicatos e associações prestigiaram a atividade em apoio aos policiais militares, que sofrem perseguições dentro da própria corporação, por terem participado de forma democrática da paralisação de 2011/2012 e de reuniões de caráter informativo no início do ano.

Disposição renovada

Com histórico de militância na União da



Juventude Socialista (UJS) na União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) antes de se tornar sindicalista, Ana Paula Brandão atualmente é diretora de Saúde da Aprospec. Segundo a ex-policial, seu processo de expulsão da corporação foi traumático, mas não o suficiente para abandonar a luta da categoria.

“Existe algo que jamais irei abandonar, por fazer parte da minha índole: a luta por esta categoria. Sou graduada em Enfermagem, formação que favorece o desempenho das minhas funções quanto diretora de Saúde da Aprospec. Permaneci no cargo até 2015, quando se encerra o mandato da diretoria da entidade”, afirmou.

Apesar das dificuldades, Ana Paula diz que sua disposição para lutar está renovada. “Fui afastada por recomendação médica e pude acompanhar cenas trágicas, como companheiros de corporação que cometeram suicídio diante da repressão. Porém, cenas como esta só me fortalecem em lutar contra os regimes que massacram e aniquilam-nos quantos seres humanos”, garante. ★

MULHER D'CLASSE é uma publicação da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

DIREÇÃO EXECUTIVA
Presidente: Adilson Araújo

DIRETORIA
Nivaldo Santana, Maria Lúcia Moura, Joilson Cardoso, Severino Almeida, Vicente Selistre, Wagner Gomes, Kátia Gaivotto, Vilson Luiz da Silva, Gilda Almeida, Celina Arêas, Carlos Rogério Nunes, Francisco Chagas, Pascoal Carneiro, Divanilton Pereira, José Adilson Pereira, Raimunda Gomes, Ivânia Pereira, Vitor Espinoza, Mônica Custódio, Antoninho Rovaris, Claudemir Nonato Santos, Márcia Machado, Sérgio de Miranda, João Paulo Ribeiro e José Gonçalves.

CONSELHO EDITORIAL
Alaíde Bagetto, Celina Arêas, Márcia Almeida Machado, Paulo Vinicius Santos da Silva e Raimunda Gomes (Doquinha).

Coordenação: Ivânia Pereira e Raimunda Gomes
Edição: Fernando Damasceno (MTB 45.547/SP)
Equipe de Comunicação: Cinthia Ribas, Érika Ceconi e Laldert Castello Branco
Projeto gráfico e diagramação: Luciana Sutil
Capa: Arte sobre a gravura "Trabalhadores", de J. Borges.
Gráfica: HR Gráfica
Tiragem: 10 mil exemplares



Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Av. Liberdade, 113 - 4º andar
Liberdade - São Paulo - SP
CEP 01503-000
Fone: (11) 3106-0700
E-mail: mulher@ctb.org.br

MULHERES ousadas

Augusto Branco

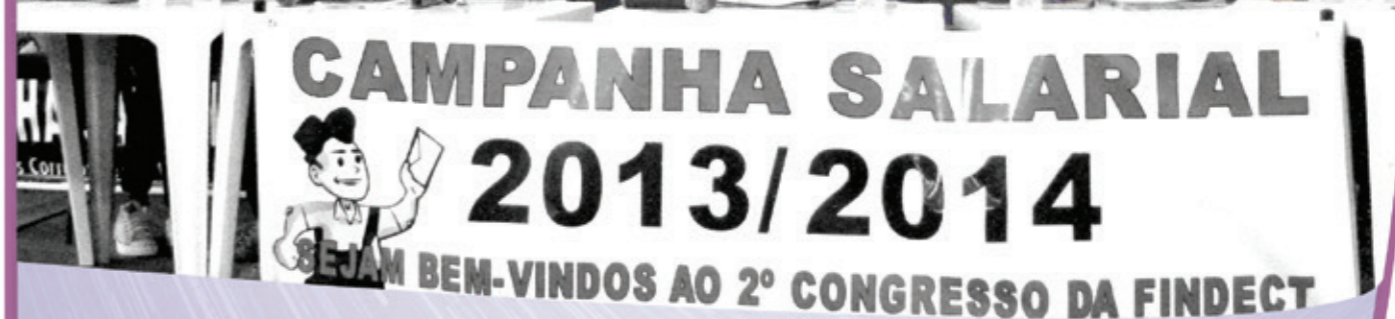
Gosto, sim, de mulheres ousadas, daquelas que não têm receio de assumirem-se lindas, sexys e maravilhosas. Mulheres que sabem bem o que querem e o que não querem! sem se importar com conceitos antiquados ou tabus. Mulheres de um novo tempo: o tempo delas! O tempo de elas serem tudo o que podem e o que quiserem ser, após tanto tempo de repreensão. Mulheres ousadas são, sim, mulheres que ultrapassam fronteiras, são verdadeiras agentes de transformação de uma sociedade ainda tão hipócrita. Gosto de mulheres ousadas, porque reconheço que as mulheres têm todo o direito do mundo de assumir sua feminilidade, de aproveitarem as coisas boas da vida, e de serem imensamente felizes, até por que poucas coisas no mundo são tão belas quanto um sorriso feminino. E eu simplesmente adoro o sorriso das mulheres ousadas.



FINDECT

FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOS CORREIOS

Os trabalhadores dos Correios fazem greve quase todos os anos, e as mulheres sempre estão na linha de frente da luta. Participaram da fundação e da consolidação dos Sindicatos, e estão fortemente engajadas na construção da FINDECT. Fizeram desta, uma das primeiras categorias a ter encontros de mulheres todos os anos e reivindicações específicas nas pautas das Campanhas Salariais. A luta hoje é para ampliar a participação das companheiras no comando das entidades sindicais. E assim, tornar o empoderamento feminino uma realidade!



Filiados: Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo, Rio de Janeiro, Bauru, Tocantins, Rio Grande do Norte e Rondônia





**Em defesa do
emprego, dos
direitos sociais
e da igualdade!**